

# QUATRO TITULARES PAULISTAS

Odilon Nogueira de MATOS

Pretendemos apreciar nestas breves notas quatro titulares paulistas do Império: José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente (1803-1878), Antônio Joaquim da Rosa, Barão de Piratininga (1820-1886), Antônio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal (1827-1901) e Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1816-1878). Damos, aqui, os títulos pelos quais se tornaram conhecidos, pois, com exceção de Piratininga, que não passou do baronato, os outros três foram anteriormente agraciados com títulos menores, como o de Visconde no caso de São Vicente, o de Barão no caso de Porto Seguro e os de Barão e Visconde, no caso de Pinhal.

## **MARQUÊS DE SÃO VICENTE**

Nascido na Capital, José Antônio Pimenta Bueno diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. No começo de sua carreira diplomática (1843) foi enviado ao Paraguai, como encarregado de negócios, renovando em Assunção o reconhecimento da independência paraguaia e assinando um tratado de aliança, comércio e limites, não ratificado pelo Brasil. Em 1845 assinou protocolo sobre a navegação dos rios Paraguai e Uruguai, e sobre a intervenção do Brasil, juntamente com a França e a Inglaterra, para a pacificação do Prata. Presidiu as províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Deputado em 1843 e em 1847, foi depois (1853) eleito para o Senado como representante de São Paulo. Conselheiro de Estado em 1859. Ministro de Estrangeiros em 1848 e 1870. Abolicionista, foi o primeiro parlamentar a formular um conjunto de leis tendentes a eliminar o trabalho escravo no país.

Estes rápidos traços os biográficos, suficientes para justificar o reconhecimento a uma das grandes figuras do nosso passado, esconde, na singeleza das informações, um dos maiores juristas de nosso país, cuja obra jurídica foi, não diríamos propriamente eclipsada, mas ofuscada pela do político e do diplomata, uma vez que estas funções lhe deram maior projeção, tornando o seu nome vinculado a algumas questões com países vizinhos, questões de suma importância, sem dúvida, mas não suficientes, por si só, para o retrato de corpo inteiro do grande paulista.

Foram diversas e todas de suma importância as obras que publicou, sendo de salientar-se *Algumas observações acerca da divisa entre o Brasil e o Paraguai, Direito Internacional Privado e aplicação de seus princípios com referência às leis particulares do Brasil e Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, inegavelmente seu trabalho mais importante, publicado em 1857. Quando do centenário de sua publicação mereceu reedição prefaciada pelo Ministro Seabra Fagundes, que lhe analisou o espírito e o valor, lembrando que o livro “se credencia, antes de tudo, pela fidelidade ao sentido impessoal e superior da ordem jurídica, pelo espírito crítico, desassombrado e lúcido, a serviço do aperfeiçoamento das instituições e, ainda, pela capacidade de dar vida aos textos na adequação deles ao estágio político e social do País da época”. E, de maneira mais incisiva, diz adiante: “Não estamos diante de um expositor de textos escritos, preso à frieza destes, senão de um crítico penetrante e esclarecido da dinâmica das instituições, empenhado em trazer à incipiente vida constitucional brasileira o sopro criador do respeito à ordem legal, quer pela seriedade da interpretação dos textos, quer pela convocação de cada um dos órgãos do poder público ao exercício desassombrado e eficiente de sua missão peculiar”.

Ao apresentar seu livro, Pimenta Bueno modestamente o dizia não destinado ao “uso das inteligências superiores familiarizadas com as ciências sociais”, mas apenas “a analisar os esforços dos brasileiros que dedicam-se ao estudo do direito”. No entanto – lembra

o prefaciador da segunda edição — seu mérito intrínseco era tal que ele foi desde logo, e até hoje, consagrado como básico para a compreensão das instituições políticas do Império e para a formação da consciência constitucional da Nação

## BARÃO DE PIRATININGA

Nascido em São Roque, em 1820, Antônio Joaquim da Rosa realizou os primeiros estudos em seu próprio lar, estudando posteriormente humanidades em Sorocaba. Sua vocação, entretanto, era inicialmente o comércio, o que o levou a abandonar os estudos regulares. Atraído pela política, elegeu-se vereador em 1845 e deputado provincial de 1850 a 1857. Em quatro outras ocasiões, de 1857 a 1878, elegeu-se deputado geral. Como vice-presidente, exerceu por alguns dias, em abril de 1869, o governo da Província de São Paulo. Ao mesmo tempo em que fazia política, dedicava-se à literatura e ao jornalismo, colaborando no “Diário Mercantil”, no “Correio Paulistano”, no “Almanaque Literário de São Paulo” (no qual publicou a maior parte de sua produção poética) e ainda na “Revista dos Novos” e no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro. Deixou as novelas *A Assassina*, *A Feiticeira* e o romance *A cruz de cedro*. Como homem de empresa, pertenceu à primeira diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana. Pelo decreto imperial de 13 de novembro de 1872, condecorou-o o Imperador com o mais paulista de todos os títulos: Barão de Piratininga.

Convém salientar que a literatura paulista do século XIX, julgada às vezes de maneira tão pouco favorável, teve no Barão de Piratininga um dos seus altos expoentes, razão pela qual seu nome foi lembrado, com toda a justiça, para patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras, quando de sua fundação em 1909. Escolheu-o o seu conterrâneo Cláudio de Sousa, fundador e primeiro ocupante da cadeira posteriormente ocupada pelo campineiro José Pedro Leite Cordeiro e ocupando-a atualmente nosso preclaro confrade Erwin Theodor Rosenthal.

O “Correio Paulistano” de 28 de dezembro de 1886, noticiou da seguinte maneira o falecimento do Barão de Piratininga: “Faleceu ante-ontem na cidade de São Roque, na idade de 70 anos, o

comendador Antônio Joaquim da Rosa, Barão de Piratininga. Em São Roque onde nascera e sempre habitou o finado, causou esse sucesso sincero pesar em todas as classes sociais, segundo telegrama que dali recebemos. Tendo dedicado os primeiros anos de sua mocidade aos afanosos mistéres do comércio, neste adquiriu independência de fortuna, podendo, então, entregar-se com maior afinco a estudos de predileção de seu culto espírito e às exigências da política na qual representava as idéias conservadoras. Literato, distinguiu-se como poeta e romancista. As suas produções em ambos os gêneros foram sempre muito apreciadas e, apesar dos avançados anos e dos graves achaques da moléstia de que sofria, ainda nos últimos anos de sua existência dava provas de pertencer à grei dos escritores de boa têmpera. Político, foi um dos chefes do Partido Conservador na Província. Em nome das idéias do seu partido, ocupou vários cargos eletivos. Foi muitas vezes membro da Assembléia Provincial, dela tendo sido presidente e, em duas legislaturas, representou a província na Câmara dos Deputados. Na qualidade de vice-presidente, esteve na administração de São Paulo em 1869. A perda do ilustre paulista não pode deixar de ser sensível a todos os que presam as letras, a todos que combatem pelas idéias do conservadorismo e consagram sincera afeição à Província de São Paulo”.

Embora com repetição de informações anteriormente citadas, fizemos questão de transcrever o necrológio publicado pelo grande e saudoso órgão da imprensa paulistana, no qual tanto colaborou, para mostrar o apreço em que era tido na época o nobre titular que aqui reverenciamos. Sua obra, infelizmente, está esquecida, embora seu nome figure nos mais modernos dicionários literários. Mas a Academia Paulista de Letras, que tão empenhada está em reviver a cultura paulistana de outrora, como o demonstra a preciosa série de suas publicações, bem poderia fazer alguma coisa para tirar do esquecimento – reeditando alguns de seus livros – o modesto escritor provinciano agraciado pelo Imperador com o título evocativo da primitiva e quase lendária Piratininga.

## CONDE DO PINHAL

Depois de um jurista e um literato, volta-se nossa atenção, agora, para um legítimo bandeirante do século XIX. Sim, porque o bandeirismo não terminou com o descobrimento do ouro nas mais diversas regiões do país e nem com o afã da expansão geográfica de nossa terra. O espírito bandeirante permanece e aflora de maneira esplêndida com os povoadores do interior de São Paulo, com a abertura das grandes fazendas de café e com a construção das primeiras ferrovias.

E é como legítimo bandeirante desta nova modalidade que vemos a figura homérica do piracicabano Antônio Carlos de Arruda Botelho, Barão, Visconde com Grandeza e depois Conde do Pinhal, título com que passou à história paulista. Foi um dos pioneiros na introdução do trabalho livre na província, um dos fundadores do Banco de São Paulo e de diversas empresas de transporte ferroviário e é nesta última função que tivemos oportunidade de travar contato com o seu espírito empreendedor, quando preparávamos nosso livro sobre a evolução ferroviária de São Paulo. Ao Conde de Pinhal deve-se, inegavelmente, o prolongamento dos trilhos além de Rio Claro, cidade atingida pela Companhia Paulista em 1876. Militou também na política como deputado provincial e geral.

Enquadra-se o Conde do Pinhal na categoria que Afonso de Taunay denominava a “nobreza do café”, que constitui, de fato, um dos traços característicos da nobiliarquia brasileira. Homens que foram nobilitados não pelas suas origens, mas pelo seu valor pessoal, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu espírito de iniciativa e sobretudo pela sua participação na vida social, econômica e política do país.

Se a nobilitação, a princípio, beneficiou os senhores de engenho do Nordeste e da Bahia, foi, depois, a vez dos fazendeiros de café, tantos e tantos foram os abridores de fazenda que mereceram as honras dos títulos nobiliárquicos, tanto na velha província fluminense, como no chamado “Norte de São Paulo” (o vale do Paraíba), na região do Centro-Oeste e depois no Oeste mais afastado. O caso de Pinhal, abrindo fazendas na região de São Carlos, cidade para cuja fundação e desenvolvimento muito contribuiu, é expressivo e nos mostra um legítimo representante paulista na mencionada nobreza do café.

## VISCONDE DE PORTO SEGURO

Para terminar nossa pequena, mas valiosa galeria, um dos nossos maiores historiadores. Trata-se de Francisco Adolfo de Varnhagen, “natural de Sorocaba”, como ele declarava em seus escritos, mas na realidade nascido na fábrica de ferro de Ipanema, da qual seu pai, Frederico Luís Guilherme Varnhagen, era o diretor.

Era o velho Varnhagen um dos muitos técnicos europeus (alemães e suecos, principalmente) contratados por D. João VI quando desejou pôr em prática seu plano de início da industrialização do Brasil. Embora alemão, viera de Portugal, onde desempenhara idêntico mistér, e pouco depois de 1820 retornou à terra lusitana, levando o rebento que aqui nascera de seu casamento com a portuguesa Maria Flávia de Sá Magalhães. Na antiga metrópole realizou nosso futuro historiador toda a formação cultural, graduando-se também em engenharia em 1840. Quatro anos depois estava de novo no Brasil, sendo admitido como Oficial do Corpo de Engenharia do Exército Brasileiro. Antes, quando ainda em Portugal, já havia ingressado para o serviço diplomático, representando nosso país em diferentes nações, começando pelo próprio Portugal e realizando variada trajetória por Espanha, Chile, Peru, Paraguai, Venezuela, Equador e finalmente Áustria, onde faleceu como ministro plenipotenciário em 1878.

Nos países mais vinculados ao Brasil – Portugal, Espanha, Áustria – além de funções diplomáticas, desenvolveu Varnhagen extensa tarefa de pesquisa nos arquivos, à procura de documentos que pudessem interessar à nossa história. O que, nesse sentido e para a época, representa o trabalho de Varnhagen tem sido salientado por todos os que têm escrito sobre ele, quer Rodolfo Garcia, que lhe reeditou a obra, quer José Honório Rodrigues, que lhe editou a correspondência, e que, em mais de um passo de seus excelentes estudos de historiografia ocupou-se do historiador de Sorocaba. Produto desse trabalho extraordinário é a *História Geral do Brasil*, publicada em 1854 e reeditada freqüentes vezes, devendo-se notar que a partir da terceira edição foi a obra consideravelmente enriquecida com notas e comentários de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, dois dos maiores mestres de nossas letras históricas.

Tomamos emprestado a José Honório Rodrigues um pequeno trecho de sua conferência “Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil”, proferida no Instituto Histórico Brasileiro em 14 de dezembro de 1966, publicada pela primeira vez no volume 275 da revista do Instituto e reproduzida em seu precioso livro *História e Historiografia* (Petrópolis, Vozes, 1970):

“Francisco Adolfo de Varnhagen sobrepujou, em sua época, como historiador, todos os seus contemporâneos e continua, desde 1878 – data de sua morte – até hoje, como o historiador incomparável do Brasil. Incomparável pela vastidão das pesquisas que realizou e dos fatos que revelou; incomparável pela publicação de inéditos que promoveu; incomparável pela perseverança com que caminhou pelos caminhos da história brasileira, até então nunca palmilhados; incomparável pela obra preliminar que antecede sua *História Geral*; incomparável por esta mesma *História Geral*, que desconhecia antecessores nacionais; incomparável, ainda, pela própria obra complementar que supre lacunas e amplia o horizonte do conhecimento; incomparável finalmente, porque a obra parcial, como a *História dos Holandeses no Brasil* ou a *História da Independência*, representa, na sua época, um novo avanço historiográfico e uma nova aquisição da consciência nacional.

Na sua época, ninguém fizera tanto e tão bem, simultaneamente na história geral e parcial. Antes dele, faltava ao Brasil a consciência de sua História, no mais largo período de sua formação. É neste sentido que Varnhagen é incomparável. Nenhum historiador, seu contemporâneo, contribuiu assim e com essa força, essa convicção, essa perseverança, esse fruto, esse sucesso, esse proveito. Os que o antecedem fazem pesquisas especiais, reúnem materiais e revelam fatos parciais, mas falta-lhes muito para compararem-se a Varnhagen. Seus contemporâneos ou são, como Abreu e Lima, Melo Moraes e Pereira da Silva, bem inferiores, ou lhe são iguais, como Joaquim Caetano da Silva, João Francisco Lisboa ou Cândido Mendes de Almeida. Nenhum desses, apesar da capacidade, do conhecimento e do domínio da língua e da exposição, como é o caso de João Francisco Lisboa, apresentou resultados gerais e tão positivos quanto Varnhagen. Entre os inferiores e os iguais, Varnhagen paira como um modelo de equilíbrio de todas as virtudes e exigências da historiografia. E foi, provavelmente, este conjunto de faculdades que

lhe permitiu a obra geral e complementar mais vultosa e positiva da historiografia brasileira. E a prova deste seu sucesso é a atração que sempre exerceu sobre todos os historiadores brasileiros. Ninguém pode graduar-se em História do Brasil, sem ter lido Varnhagen.”

À vista desta transcrição, que mais dizer do grande paulista, cujo título nobiliárquico evoca os primórdios da vida brasileira, e que, com toda a justiça, recebeu o cognome de “pai da História do Brasil”?

*(Publicado originalmente na revista “Revista do Instituto Genealógico Brasileiro”, ano 2, nº 2, maio de 1980)*